



ISSN: 2595-5713
Vol. 03 | N°. 6 | Ano 2020

Eduardo A. Estevam Santos

ANTONIO URBANO MONTEIRO DE CASTRO: A IMPRENSA A SERVIÇO DA DOMINAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA EM ANGOLA OITOCENTISTA

ANTONIO URBANO MONTEIRO DE CASTRO: THE PRESS AT THE SERVICE OF PORTUGUESE COLONIAL DOMINATION IN NINETEENTH-CENTURY ANGOLA

RESUMO: Antonio Urbano Monteiro de Castro foi um dos precursores dos ideais reivindicatórios de autonomia política e econômica para a província de Angola. Este trabalho apresenta a trajetória desse periodista na segunda metade do século XIX e, analisa o papel histórico e social da imprensa, dirigida por portugueses, na defesa dos interesses coloniais. A escolha do periodismo como objeto mediador do estudo justifica-se por entender-se a imprensa como instrumento político de influência, manipulação e intervenção na vida social. Contudo, para a análise histórica das principais produções desse periodista (Civilização da África-Portuguesa, União Africo-portuguesa), foram utilizados procedimentos metodológicos inerentes a imprensa periódica, tais como, crítica rigorosa da linha editorial, análise das circunstâncias do seu lugar de inserção, suas ligações com diferentes poderes, recepção e audiência. Por fim, concluímos que a imprensa tipográfica inaugurada por Urbano de Castro ajudou a dar forma aos eventos que registrava.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa; Colonização Portuguesa; Civilização.

ABSTRACT: Antonio Urbano Monteiro de Castro was one of the forerunners of the claiming ideals of political and economic autonomy for the province of Angola. This work presents the trajectory of this journalist in the second half of the 19th century and analyzes the historical and social role of the press, directed by the Portuguese, in the defense of colonial interests. The choice of journalism as the mediating object of the study is justified by understanding the press as a political instrument of influence, manipulation and intervention in social life. However, for the historical analysis of the main productions of this journalist (Civilização da África-Portuguesa, União Africo-portuguesa), methodological procedures inherent to the periodical press were used, such as strict criticism of the editorial line, analysis of the circumstances of his place of insertion, their connections with different powers, reception and audience. Finally, we conclude that the printing press inaugurated by Urbano de Castro helped to shape the events he recorded.

KEY WORDS: Press; Portuguese Colonization; Civilization.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

ANTONIO URBANO MONTEIRO DE CASTRO: A IMPRENSA A SERVIÇO DA DOMINAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA EM ANGOLA OITOCENTISTA

Eduardo Antonio Estevam Santos ¹

Introdução

Pretendemos com este artigo, apresentar o perfil do pensamento político de Antonio Urbano Monteiro de Castro, que assinava seus artigos apenas como Urbano de Castro. O recorte temporal encobre o período de sua atuação como periodista — 1866 a 1893 —, ou seja, os 27 anos em que produziu intensamente artigos que apresentavam reflexões sobre conjunturas e/ou acontecimentos cotidianos. Prevaleciam em suas teses o discurso colonialista de que se precisava dinamizar o processo colonizador em Angola para enquadrá-lo nas exigências econômicas desse tempo histórico. Veremos, por meio de fragmentos dos artigos selecionados, o quanto Urbano de Castro constatava que a política colonial era o ponto no qual confluía a maioria das atividades do conjunto social dessa região compreendida como Angola.

Esse periodista foi o principal expoente da fundação da imprensa livre em Angola, a partir da publicação do seu semanário *A Civilização da África Portuguesa*, em 6 de dezembro de 1866. ² Para o pesquisador português Julio de Castro Lopo, pioneiro nas investigações sobre a produção de periódicos e jornais nos séculos XIX e XX, em Angola, Urbano de Castro foi o símbolo do jornalismo oitocentista de Luanda, um dos maiores valores intelectuais e mentais que passaram pela imprensa angolana. Com uma posição mais crítica, Alberto Oliveira Pinto (2017, p. 549), historiador contemporâneo, reconhece o papel histórico desse periodista, mas acredita que ele fora um entusiasta do sonho imperial português. Podemos engrossar a lista dos periodistas que também alcançaram destaque no cenário político e social de Luanda, nas décadas de 1860 e 1870, com os nomes de José de Fontes Pereira, Mamede Santana e Palma, Lino de Souza Araújo, Arantes Braga e Francisco Antonio Pinheiro Bayão. Com perfis ideológicos diferenciados, quanto à crítica colonial e anticolonial, principalmente no tocante às transformações políticas e sociais em curso, todos eles apresentaram um forte desempenho político, uma vez que a imprensa ampliou o espaço público comunicativo e discursivo por meio da palavra impressa.

¹ Professor adjunto do Instituto de Humanidades e Letras, campus dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). E-mail: eduardoestevame@unilab.edu.br Este estudo faz parte de um projeto de investigação mais amplo, que consiste na análise histórica da produção e circulação efetiva de impressos como efeito das transformações econômicas e sociais nas províncias de Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique.

Urbano de Castro nasceu em Lisboa, em 26 de junho de 1836, no seio de uma família burguesa, e faleceu em Luanda, em 23 de dezembro de 1893. Chegou à capital angolana em 1856, aos 20 anos de idade, numa passagem efêmera, regressando a Lisboa para estudar na Escola Politécnica, e voltando para Angola em 1858. Foi nomeado, via decreto, para o conselho inspetor de instrução pública para os anos letivos de 1886 e 1867, em virtude do seu decanato, “[...] do amor às letras e às ciências”.³ Lecionou na Escola Principal de Luanda. Foi funcionário público, administrador do concelho e escrivão do Tribunal da Relação de Luanda, escritor, advogado provisionado e deputado por uma legislatura. Além da sua produção jornalística, contribuiu como colaborador para o *Cruzeiro do Sul* (1873-1878) e *O Mercantil* (1870-1891/1896-1897). Em 1882, fundou o seu segundo periódico: *A União Africo Portuguesa*.

Materiais de pesquisa e a região compreendida como Angola

Para realizarmos esta pesquisa histórica, analisamos toda a coleção disponível na Biblioteca Nacional de Portugal d’A *Civilização da África Portuguesa*, ou seja, as publicações de 6 de dezembro de 1866 a 26 de setembro de 1869. Quanto aos demais periódicos em que Urbano de Castro foi apenas colaborador — *O Mercantil* e *O Cruzeiro do Sul* —, contamos apenas com alguns títulos nos quais se encontravam os artigos desse periodista. Em relação a *União Africo-Portuguesa*, fizemos uso das publicações de 6 de maio de 1882 a 6 de novembro de 1882. Para uma interpretação histórica do conjunto da política colonial, não poderíamos deixar de incluir *O trabalho rural africano e a administração colonial*, impresso em 1873, do então ministro Marques de Sá da Bandeira, no qual expressava ideias, posições políticas, memórias e ações administrativas da administração colonial. Nesse intuito, contamos também com os relatórios dos governadores das províncias ultramarinas para os anos de 1861, 1862, 1867 a 1887, todos publicados pela imprensa nacional, em Lisboa.

Como observou Marc Bloch (BECKER, 2003, p. 197), a história consiste não apenas em saber como os acontecimentos ocorreram, mas igualmente, como foram percebidos. O público leitor era restrito, porém diversificado. O quimbundo era hegemônico em Luanda, a língua portuguesa circulava apenas nas relações comerciais, administrativas, militares e no sistema de ensino, e a maioria dos impressos eram redigidos em português para alcançar esse público. Jill Dias (1998, p. 517) nos informa que nas décadas de 1860 e 1870, para além das aulas públicas, funci-

² Participaram também da equipe editorial Alfredo Mântua e, meses depois do lançamento do periódico, o brasileiro Francisco Pereira Dutra.

³ Relatórios dos governadores das províncias ultramarinas. Relatório do Governo Geral da Província de Angola — 1887. Ministério da Marinha e Ultramar, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, p. 213.

onaram oficialmente cerca de 10 estabelecimentos privados de ensino primário e secundário, quase todos em Luanda e arredores. Em Ambaca, em meados do século XIX, calculava-se em 10.000 o número de habitantes dessa região que sabiam falar, ler e escrever português (DIAS, 2002, p. 326-338). O domínio dessa língua nesta região, historicamente, foi fruto das relações sociais com os portugueses por meio do comércio, política e missionação. Interpretamos o grau de recepção d'*A Civilização* e da *União Africo-Portuguesa*, entre outras possibilidades, fazendo uma leitura a contrapelo das cartas enviadas. Estas, apesar de passarem por um processo seletivo pelos editores, acreditamos que para demonstrar credibilidade, fazia-se necessário apresentar algumas ideias divergentes. Por exemplo, na edição de janeiro de 1867, o assinante da *Civilização*, Sr. Ricardo de Carvalho, argumentava a favor da escravidão, divergindo da posição dos editores. Enfim, mais do que o registro dos acontecimentos, procuramos interpretar a imprensa como ingrediente do “acontecimento”, como força ativa no processo social em que estava inserido. A recepção também pode ser evidenciada por via da censura. No ano de 1867, o governador geral mandou suprimir o periódico, porque considerou subversivos os artigos que o criticavam como autoridade política.

A *Civilização* tinha como objetivo tratar dos interesses administrativos, econômicos, mercantis, agrícolas e industriais da África Portuguesa, particularmente de Angola e São Tomé, segundo os seus dois redatores-proprietários: Urbano de Castro e Alfredo Mântua. Este último teve um papel secundário, no que tange ao volume dos editoriais escritos. Mântua nasceu em Lisboa, era periodista e advogado provisionado. Foi responsável pelos textos da seção “*Folhetim*”, que ficava na primeira página do periódico, abaixo dos editoriais. Foi um dos redatores do periódico *O Mercantil*. Em 1880, foi um dos sócios-fundadores da Sociedade de Geografia de Angola, que surgiu em 12 de fevereiro de 1882. Fundou o jornal *A Verdade*, em 1882. Meses depois, o naturalista brasileiro Francisco Pereira Dutra também passou a compor o corpo editorial. A última edição d'*A Civilização* foi editada em 26 de setembro de 1869.

A *Civilização* tinha sua própria tipografia e localizava-se em Luanda, na rua D. Miguel de Mello, n.º 15. Era vendido ao preço de 3&600 réis por ano, 2&000 réis por semestre e 1&200 por trimestre. Tinha redatores correspondentes em Benguela, Mossamedes e São Tomé e Príncipe. Suas edições circularam em Angola e São Tomé, nos seguintes locais: Luanda, Ambriz, Benguela-velha, Novo-Redondo, Quicombo, Mossamedes, Campangombe, Casengo, Ambaça, Duque de Bragança, Malange, Cassange, Dembos, Barra do Dande, Bengo, Libongo, Príncipe.



Figura 1 – Acervo Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Fundo Geral Jornais, A-1

Segundo o relatório do governo geral da província de Angola para o ano de 1861, publicado pela imprensa nacional (Lisboa) apenas em 1867, a região de colonização portuguesa era composta de “cinco distritos ou governos administrativos de Luanda, Benguela, Mossamedes e Ambriz, que contam no mar do ocidente, e do distrito de Golungo Alto, que está situado no interior a leste de Luanda”.⁴ Sendo que o distrito de Luanda era composto pelos seguintes concelhos: Barra do Bengo, Barra do Dande, Libongo, Alto Dande, Icollo e Bengo, Zenza do Golungo, Muxima, Calumbo e Novo Redondo. Benguela constava de seis concelhos: São Filipe de Benguela, capital do distrito, e os de Catumbela, do Egito, do Dombe Grande, de Quilengues e de Caconda. O distrito de Mossamedes tinha cinco concelhos: a Vila de Mossamedes, Bumbo, Huila, Gambos e Humbe. Ambriz, três concelhos: Bembe, Encoge e S. Salvador do Congo. Por fim,

⁴ Relatório do Governo Geral da Província de Angola. Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes. 1861. Lisboa, Imprensa Nacional, 1867.

Golungo Alto era composto por Dembos, Ambaca, Duque de Bragança, Malange, Talla Mugongo ou Casange, Pungo Andongo, Casengo, Cambambe e Massangano.

Colonizar e Civilizar

“É um africano, que escreve estas linhas que vão lêr-se; mas este, em vez de pregar o ódio aos europeus, proclama o que proclamar-se: a fraterna amizade entre esses e os africanos” (CASTRO, 1866, s.p.). Mobilizado pela ideologia nostálgica da grandeza imperial portuguesa, esse periodista afirmava que seu único intuito era promover a civilização dos povos africanos por meio da ilustração. Ele não reconhecia, na presença portuguesa oitocentista, um processo de dominação. Dizia que, quando ocorreu dessa forma, foi por uma necessidade histórica. O domínio português era tido como direito dado à herança da ocupação. Na interpretação conservadora de Urbano de Castro, no tocante à presença portuguesa ao longo do século XIX, a interdependência entre os “angolanos” e os portugueses foi provocada pelas relações comerciais. Exceto aquelas condicionadas pelas “guerras pretas”, as demais foram harmoniosas e pacíficas dado o grau de “consciência” dos africanos que reconheciam a necessidade de civilizar-se. As transformações ocorridas a partir desses contatos, ao provocarem desintegração, reagrupamento e redefinição (DIAS, 1989, p. 241), eram lidas como mudanças necessárias, resultado de um processo histórico linear. As complexas relações de interesses comerciais e políticos eram vistas tão somente pelo prisma da necessidade histórica de desenvolvimento de Angola.

Para os membros das várias elites sociais e políticas africanas locais, envolvidas há muito com a economia atlântica, este período representava, no conjunto, a continuação de um período da prosperidade e do crescimento econômico e político, cujas origens remontavam talvez, até aos princípios de 1800 (DIAS, 1989, p. 242).

De fato, as elites africanas participaram desse processo de colonização. O que Urbano de Castro não enxergava nesses sujeitos, porém, era sua capacidade de agenciar o desenvolvimento político e econômico de Angola. Ainda assim, seu alinhamento com a elite “civilizada” só foi possível porque o considerava o único grupo social capaz de negociar os interesses em comum entre a província e a metrópole, uma vez que o estado civilizatório dos “indígenas” não os habilitava a conduzir tal processo social. Na verdade, esse periodista recusava-se a aceitar a forte africanização do comércio do planalto angolano, por meio de justificativas pautadas em representações estereotipadas, visto que nessas regiões os povos “[...] tiraram pleno partido da sua posição geográfica e da sua astúcia e agressividade comercial” (PÉLISSIER; WHEELER, 2016, p. 110).

Os dados econômicos e sociais evidenciam um maior interesse de Portugal pelas possessões do ultramar, em especial Angola, nas décadas posteriores à independência do Brasil e do fim do tráfico escravo, com a elaboração de um novo plano colonial. O pensamento de Urbano de Castro tinha por base os projetos coloniais conduzidos a partir da década de 1830.

Contribuir, pela imprensa e com os grupos sociais “assimilados”, para o desenvolvimento de Angola era a sua meta política. Nesse caso, as décadas de 1870 e 1880 tornaram-se, do ponto de vista de Urbano de Castro, decisivas, tendo em vista que, na década de 1860, o governador-geral de Angola, Carlos Franco, foi orientado pela metrópole para que se “adiasse todas as ‘empresas’ por falta de meios para as financiar” (ALEXANDRE, 1998, p. 84). Para esse período, Valentim Alexandre, em *A questão Colonial no Portugal oitocentista*, aponta uma crise no espírito expansionista, recuos e decisões de abandonar Cassange, os Gambos e Humbe, “[...] onde se observava que a aquisição de territórios não deveria ser o ‘principal empenho’ das autoridades portuguesas em África” (VALENTIM, 1998, p. 85).⁵

A situação financeira da província de Angola, sem poder considerar-se das mais prosperas, não é comtudo para fazer desanimar. Não pertencendo ao grupo dos que só vêem nas nossas colonias um sorvedouro, onde annualmente são absorvidas enormes e improductivas verbas, não me illudo todavia a ponto de julgar muito proxima a epoca em que os seus rendimentos possam fazer face ao progressivo aumento das despesas, provenientes de urgentes e indispensaveis reformas; que uma boa e regular administração está reclamando.⁶

Na primeira metade do século XIX, após a Independência do Brasil, os ideólogos do sistema colonial acreditavam no mito do eldorado, ou seja, numa crença inabalável na riqueza das colônias (ALEXANDRE, 1998, p. 42). Eles deixaram evidente seus pensamentos nos textos *Memória geográfica e política das possessões portuguesas na África Ocidental, que diz respeito aos reinos de Angola, Benguela e suas dependências*, de Joaquim Antonio de Carvalho e Menezes, publicado em 1834, e *Memória estatística sobre os domínios portugueses na África Oriental*, de Sebastião Xavier Botelho, editado em 1835. Urbano de Castro seguia nessa tradição de produção de conhecimentos para serem aplicados para o melhoramento das províncias ultramarinas e conseqüentemente nas vantagens para a monarquia. Assim como seus antecessores, Urbano de Castro sentia-se animado pelo desejo de chamar à atenção de todos os portugueses (políticos,

⁵ Em *O liberalismo português e as colônias de África* (1820-1839), Valentin Alexandre apresenta um balanço negativo para as décadas de 1820 e 1830. “Por seu turno, nenhum dos objetivos principais da política formulada após 1834 foi atingido: não foi possível nem ocupar o litoral da região do Congo, nem reforçar a soberania portuguesa nos pontos já ocupados”. O Século XIX em Portugal: Comunicação ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1979/1980, p. 339.

⁶ Relatórios dos governadores das províncias ultramarinas. Relatório do Governo Geral da Província de Angola – 1887. Ministério da Marinha e Ultramar, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, p. 18.

capitalistas, colonos e o africano civilizado) para a importância de Angola. Nos dois excertos abaixo, podemos evidenciar sua filiação ideológica.

A África, se soubermos dar-lhe a atenção que ela merece, pode ser em poucos anos para nós um segundo Brasil: opulentas minas de ouro, ainda não exploradas, terrenos fertilíssimos em milho, azeite, e ali podem fazer-se plantações de café, algodão, cana-de-açúcar, arroz, e todos os mais gêneros que formam a importância comercial do Brasil. (VALENTIM, 1998, p. 42).

Desta arte dominávamos terras e mares, coisas e pessoas; as produções, o comércio, a navegação tudo era nosso; os mais preciosos objetos, com que depois se enriquecerão tantas nações, estavam concentrados em nossas mãos, e este monopólio nos tornava árbitros absolutos do preço dos produtos, e manufaturas da Europa, e da Ásia (BOTELHO, 1835, p. 6).

Diferentemente desses dois intelectuais que produziram análises sobre as ocupações portuguesas, Urbano de Castro não publicou nenhum livro de memórias. O seu pensamento está expresso de forma fragmentada nos inúmeros artigos publicados. Pela imprensa, seu pensamento, procurou interpretar a complexidade do desenvolvimento da província e, conseqüentemente, ampliar os canais de comunicação e cultura como instrumentos civilizatórios. Com o decreto de 17 de maio de 1866, entrou em vigor a liberdade de imprensa na metrópole e, com o decreto de 1º de outubro do mesmo ano, tornava-se extensiva às províncias ultramarinas as mesmas garantias da lei de liberdade de imprensa em vigor em Portugal. No ano seguinte, porém, o periodismo angolano conhecia os limites do liberalismo metropolitano. Em setembro de 1867, Urbano de Castro foi condenado por crime de abuso de liberdade de imprensa. Em 25 de janeiro de 1873, sob mandado do administrador do concelho de Luanda e aprovação do governador-geral, foram encerradas as oficinas d'*O Mercantil* e apreendidos os seus meios. Nesse contexto de liberdade e repressão, surgia em Luanda o primeiro periódico noticioso.

Em dezembro de 1867, Urbano de Castro perdeu a provisão para exercer a advocacia e foi preso, por um mês, acusado de ter “[...] feito extorsões de dinheiro por meio de ameaças morais [...]” (CASTRO, 1867, s.p.)”, a quantia de 100 libras aos negociantes Marques e Ferraz. Segundo Alfredo Mântua, seu companheiro de redação, que também foi preso, a prisão só ocorreu porque esses periodistas se revoltaram contra o arbítrio, contra a imoralidade, contra a corrupção, “[...] nesta terra portuguesa cruamente desberdada de todos os privilégios e garantias, que o sangue de nobres e valentes portugueses, para ela, como para todas as outras terras portuguesas conquistou” (MÂNTUA, 1867, s.p.).

Remetemos o 1º número do periódico a todos aqueles cavalheiros, em cujo patriotismo confiamos, que não se negariam, pelo pagamento de tão modica quantia, qual é a assinatura d’esta publicação, a concorrer assim para que se estabele-

leça, radique e vigore aqui a civilizadora instituição da imprensa (CASTRO, 1866, s.p.).

Quem seriam os patriotas a que se refere Urbano de Castro, que não se eximiriam da responsabilidade cívica de assinar um periódico tão importante para o progresso de Angola? Esse forte apelo fazia parte da experiência patriótica na vida de Urbano de Castro. Aos 25 anos de idade, ele fez parte da 4ª Companhia do Batalhão Voluntários de Luanda. O sonho da integração entre esses povos, angolanos e portugueses persistia nos seus projetos políticos e os títulos dos seus empreendimentos eram reveladores: *África Portuguesa* e *União Africo Portuguesa*. Na edição de 18 de outubro de 1867, em meio às ameaças de prisão, chamava à atenção da imprensa portuguesa, dos riscos que correm os homens que trazem do “seu culto país natal a estas terras” (CASTRO, 1867, s.p.). Dizia, “vêde, quais são aqui os loiros concedidos aos que tem sacrificado, e continuam sacrificando fortuna, honra, e até a vida, à tenacidade de um nobre, de um santo empenho” (CASTRO, 1869, s.p.).

E, segundo a Constituição de 1822, a nação portuguesa era resultado da união de todos os portugueses de ambos os hemisférios (não se fazia distinção entre brancos e pretos) e o seu território era compreendido, na Europa, pelo reino Portugal; na África ocidental, por Angola, Benguela e suas dependências, Cabinda e Molembo; Bissau e Cacheu; na Costa de Mina, o Forte de São João Batista de Ajudá; as Ilhas de Cabo Verde e as de São Tomé e Príncipe e suas dependências. Essa constituição liberal seguiu o princípio da integração e da igualdade jurídica do território nacional, incluindo a representação dos territórios ultramarinos nas Cortes. Por meio da legislação, procurava-se resolver os problemas conceituais da diversidade do ultramar e criar a ilusão de uniformidade, a exemplo da suposta igualdade de direitos entre os cidadãos das colônias e da metrópole.

Nessa primeira edição, os redatores, em seus artigos, informavam quem eram, de onde viam e o que propunham. Dessa forma, descreviam que eram homens talentosos, dedicados à ciência e ao trabalho. Vinham das “lidas honradas do foro”, do gabinete dos estudos jurídicos, “onde sobre os livros consumimos os dias e velamos às noites”. Por fim, objetivavam aventurar-se a hastear o estandarte do progresso “[...] sem intenção mercantil, numa precária empresa as tênues economias da nossa profissão, e afrontar por patriótica, por humanitária, por generosa, mas atrevida resolução...” (CASTRO, 1866, s.p.). Informavam ainda que assumiam numerosos riscos nessa vasta região semibárbara, ao almejar levantar a tribuna da discussão “[...] abrir a via férrea do pensamento, inaugurar o telégrafo da opinião, assentar e sagrar a mais acelerada, a mais poderosa, a mais produtiva machina [expressão de língua latina, máquina] da civilização moderna: a instituição da imprensa” (CASTRO, 1866, s.p.).

Para Lopo, os periódicos surgiam por meio dos fins mais diversos, desde a recreação literária, passando pela expansão intelectual, temperamento dos redatores ou por vocação; ou motivados pela propaganda política, partidarismo local (defesa de interesses regionais, comerciais, agrícolas e industriais), mercantilismo. Nem todas essas características estavam presentes nessa conjuntura histórica analisada. Acreditamos que Urbano de Castro começou a redigir motivado pela expansão intelectual, uma vez que o seu rendimento pessoal era maior como advogado provisionado e a atividade com exercício da imprensa não promovia grandes ganhos. Apesar de reconhecerem essa atividade como empresarial, ela estava mais para o uso da “pena como espada leal de um combatente” (LOPO, 1964, p. 117).

Urbano de Castro via na iniciativa particular uma atribuição, um compromisso de cidadão lusitano para levantar os alicerces da opulência e glória da colônia. Para ele, “infelizmente”, só com a perda do Brasil foi que Portugal passou a convencer-se das riquezas, que possuía nestas paragens. A “obra da civilização”, dado a sua envergadura, era um compromisso de todos. Ele acreditava que os povos que habitavam essa região compreendida como Angola deveriam tomar consciência de si, do seu estágio civilizacional e ir ao encontro dos benefícios, da comodidade, do gozo da civilização.

“Trabalhem, pois, todos para a regeneração pelo trabalho, pela inteligência, pela moralidade, desta terra. Província portuguesa, basta isso para que a amemos” (CASTRO, 1867, s.p.). Para Urbano de Castro, tal empreendimento era uma obrigação moral de todos os portugueses. Sobre as práticas civilizatórias, que por ora discutimos neste artigo, a história demonstrou (HEYWOOD, 2008) que tal processo foi por demais multifacetado e ambivalente. Temos como exemplo a geração dos periodistas autodenominados “filhos do país”. Esses afro-portugueses, ainda que mediados por uma formação cultural portuguesa, lideraram uma série de protestos e contestações contra a ordem burocrática colonial. Esse movimento social foi cunhado pelo jornalista Arantes Braga, em 1883, no periódico *Pharol do Povo*, como “renascença intelectual africana”. “Provocar a reunião dos elementos da nova renascença intelectual africana – com o fim de desbravar a natural rudeza desta raça – quebrar-lhe as cadeias da escravidão a que estão habituados, e infiltrando na alma o maior à liberdade – é o fim do *Pharol do Povo* (BRAGA, 1883, s.p.).

Devemos entender como colonização portuguesa em Angola, em termos geográficos, as zonas sob controle formal português, uma porção de terras muito restritas. O processo de ocupação não representava o domínio efetivo de determinados territórios, nas três últimas décadas do século XIX. Essa expansão para o interior, uma verdadeira soberania estéril, como refletiu René Pélissier (PÉLISSIER; WHEELER, 2016, p. 89), desenrolou-se por meio de avanços e recuos, não como resultado de um desenvolvimento gradual. A imprensa produzida por Urbano de Cas-

tro visava ampliar até o sertão mais remoto a influência da autoridade portuguesa. O reconhecimento de suas limitações era notório, como atesta Eduardo Balsemão no livro *História resumida do governo de Francisco Antonio Gonçalves Cardoso*, publicado em 1871.

A província de Angola e suas dependências abrange a costa que se estende desde os 5°, 12' até aos 18° de latitude meridional. No entretanto, por em quanto, apenas de acha ocupada por nós a costa que decorre do Ambriz até o foz do Cunene, ao sul de Mossamedes (BALSEMÃO, 1871, s.p.).

Com o fim do tráfico, Luanda passou por uma “explosão demográfica”, alcançando 12.565 habitantes em 1850, a maioria africanos escravizados que já não podiam ser vendidos para as Américas. Os agentes portugueses classificavam a população de Luanda em três grupos: 1.240 brancos, 2.055 pardos e 9.270 pretos. Como outras cidades na costa atlântica da África, as mulheres representavam a maioria da população. Em 1850 elas eram 7.140 ou 57 por cento dos residentes, das quais somente 420 eram brancas. 6.020 indivíduos viviam sob o jugo da escravidão, dos quais 63,5% eram do sexo feminino (CURTO apud OLIVEIRA, 2018, p. 4). Com a soma dos pretos e pardos, a população branca tornava-se totalmente diminuta.

Quanto à instrução pública, essa “luz para os espíritos”, para Urbano de Castro, precedia o engrandecimento material para se alcançar o progresso em Angola. Se os povos dessa região abraçassem a instrução, poderiam elevar-se a ponto de conhecerem melhor o vigor do seu solo, a abundância de suas riquezas. A instrução, afirmava Urbano de Castro, possibilitaria demonstrar as vantagens da vida laboriosa. Tais ideias já estavam presentes no projeto político colonizador do Marques de Sá da Bandeira, no qual encontramos a expressão mais clara dos objetivos do projeto colonial (ALEXANDRE, 1998, p. 61). Em *O trabalho rural africano e a administração colonial*, Sá da Bandeira reconhecia a necessidade de promoção de estudos, de criação de escolas normais, mas, sem grandes gastos, “[...] regida por bons mestres mandados de Portugal, onde se preparassem indígenas para mestres de primeiras letras...” (BANDEIRA, 1873, p.125.). Reconhecia também a necessidade de construção de um Liceu em Luanda, para habilitar os formandos para o provimento dos empregos menores da província, reservando essas ocupações para os habitantes da colônia (BANDEIRA, 1873, p. 126).

A Imprensa e a Defesa do Projeto Colonial

Urbano de Castro colaborou com um dos principais periódicos do século XIX, o mais longo, *O Mercantil*. Surgiu em 9 de julho 1870, foi o semanário de maior duração na segunda metade do século XIX em toda Angola. Circulou entre 1870 e 1891, depois de um intervalo de

cinco anos, voltou a circular com duração de apenas um ano, em formato de revista, de 1896 a 1897.

De propriedade do diretor José Pinto da Silva Rocha, com uma tiragem de 700 exemplares, o jornal teve correspondentes em diversos pontos da colônia, em Portugal e no Brasil (FONSECA, 2014, p. 88). Segundo a pesquisadora Rosa Cruz, *O Mercantil* circulou por todos os concelhos do *hinterland* de Luanda, e ainda nos distritos de Dembos, Ambriz, Benguela e Mossamedes. Os números publicados eram logo esgotados porque “[...] até os pretos rudes das cubatas de capim compram e depois de uma leitura já comentam os seus artigos a seu modo” (SILVA, 2018, p. 10).

Para a pesquisadora Isadora de Ataíde Fonseca (2014, p. 88), ao longo dos seus 27 anos, *O Mercantil* denunciou funcionários públicos corruptos (n.º 442, maio de 1877); defendeu a importância dos degredados no desenvolvimento da colônia (n.º 558, agosto de 1879); criticou o abandono das instituições do Estado e as irregularidades cometidas pelos militares (n.º 621, junho de 1881); aplaudiu a ocupação e a expansão militar portuguesa em Angola (n.º 689, outubro de 1882); e defendeu a colonização em África e o projeto colonial do governo central (n.º 806, janeiro de 1885), dentre outras ações em seus artigos.

Em linhas gerais, a linha editorial desse periódico não contrastava com o pensamento de Urbano de Castro. A defesa do projeto colonial lusitano, embora encontrasse alguns críticos, era o principal elemento em comum que aglutinava o conjunto dos periodistas.

O periódico *O Cruzeiro do Sul* apresentava-se como um órgão dos interesses das províncias ultramarinas, tendo surgido em 1873, sob a direção de Lino de Souza Araújo, mestiço, proprietário e editor, e de Francisco Antonio Pinheiro Bayão, europeu, capitão do exército português. Nesse periódico, colaboraram o Padre António Castanheira Nunes, Urbano de Castro, José de Fontes Pereira e o Cônego António José do Nascimento. Em seu primeiro número, em 15 de junho de 1873, Joaquim Eugênio de Salles Ferreira, que era advogado e colaborador do periódico, dizia que *O Cruzeiro* era conduzido pelos “humildes operários da civilização”. Logo na primeira página encontramos a contribuição de Urbano de Castro, na seção “*Folhetim*”, com o poema *As duas estrelas*, que falava sobre o fascínio das estrelas, do Cruzeiro do Sul da cruz e de Deus. Em meio a inúmeras possibilidades de interpretações para o poema, acreditamos que a simbologia da “cruz” representava Angola, retratada como um calvário.

Luz formosa, que alumias
As terras, onde nasci!
- astro meigo, que surrias,
Quando eu sorria a ti!
Inundou-me de fulgores

A primavera, e de amores,
 A tua vivida luz:
 Não te esqueço – astro do norte,
 Você é a estrela, que na morte
 Ilumine a minha cruz!

Os seus céus cada astro tem;
 Tem cada homem sua estrela;
 Oh! Possa eu outra vez vê-la,
 A minha... a da pátria, além! (CASTRO, 1873, s.p.).

Em 4 de julho de 1874, no artigo “A instrução pública”, publicado nesse periódico, Urbano de Castro mostrava-se indignado com os poderes públicos em relação à educação em geral. Querem “[...] matar a sede de luz de tantos milhões de espíritos”.⁷ A questão da Instrução era um tema recorrente em seus artigos. Em 1882, no periódico *A União Africo-Portuguesa*, voltou a discutir esse assunto, insistindo na obrigação da administração colonial no investimento na instrução. “O estacionamento de Angola tem por causa a falta de instrução pública, que o é da falta de riqueza, e durará, enquanto não lhe for dado o necessário self-governement” (CASTRO, 1882, s.p.).

A União Africo-Portuguesa possuía sua própria tipografia, situada no Largo da Alfandega. Publicava-se nas quartas-feiras e nos domingos, ao preço de 100 réis os números avulsos. Ao contrário da *Civilização*, nesse periódico, Urbano de Castro assumiu sozinho a linha editorial e praticamente assinava todos os artigos. Na década de 1880, em Luanda, *A União Africo-Portuguesa* procurou demarcar espaço num cenário social onde passou a existir um número bastante significativo de impressos: 16 periódicos.⁸ Concorriam com *A União* em Luanda, os seguintes periódicos: *O Echo de Angola* (1881-1882), *O Ultramar* (!882), *O Futuro de Angola* (1882-1891) e, fora desse eixo, *O Jornal de Mossamedes* (1881-1882).

O tom civilizatório dos artigos de Urbano de Castro permanecia nesse novo contexto. Notamos, porém, um maior aguçamento em suas ideias liberais. Na edição de 6 de maio de 1882, propugnava pela integridade dos territórios. Nesse momento, seu interesse mais premente era com a questão “nacional”. Assim, podemos considerá-lo como um dos integrantes dos diversos protonacionalismos angolanos. Sua defesa para tal projeto se dava em virtude das várias ameaças à soberania portuguesa, conflitos internos, de dentro, com múltiplas perspectivas e interesses, tais

⁷ Texto reeditado por Urbano de Castro na *União Africo-Portuguesa*, 25 de junho de 1882. Acervo Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Fundo Geral Jornais, A-1, n. 6.

⁸ *O Mercantil* (1870-1897), *Cruzeiro do Sul* (1873-1878), *Jornal de Luanda* (1878-1882), *Gazeta de Angola* (1881), *O Echo de Angola* (1881-1882), *O Ultramar* (1882), *O Futuro de Angola* (1882-1891), *O Pharol do Povo* (1883-1885), *O Rei Guilherme* (1886), *O Serão* (1886), *O Exército Ultramarino* (1887-1888), *O Foguete* (1888), *Muen Exi* (1889), *Arauto Africano* (1889-1890), *O Desastre* (1889-1890), *O Tomate* (1889-1891).

ANTONIO URBANO MONTEIRO DE CASTRO: A IMPRENSA A SERVIÇO DA DOMINAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA EM ANGOLA OITOCENTISTA como o nacionalismo bacongo, os bóeres no sul de Angola e o nacionalismo dos assimilados angolanos, dentre outros (PÉLISSIER; WHEELER, 2016, p. 136).

No editorial, “Artigos de nossa fé”, que ocupou as duas primeiras páginas do periódico, ele apresentou um conjunto de teses, para um programa de reformas voltadas para maior eficácia da administração colonial. Os temas mais frequentes em seus artigos versaram sobre comércio e navegação, colonização, degredados e colônia penal, indústrias, ocupação portuguesa nos distritos do Congo e Molembo, Código Administrativo Ultramarino, tributação, serviço postal, dominação colonial, instrução primária, epidemia (varíola) e Banco Ultramarino.

Primeira página da União Africo-portuguesa

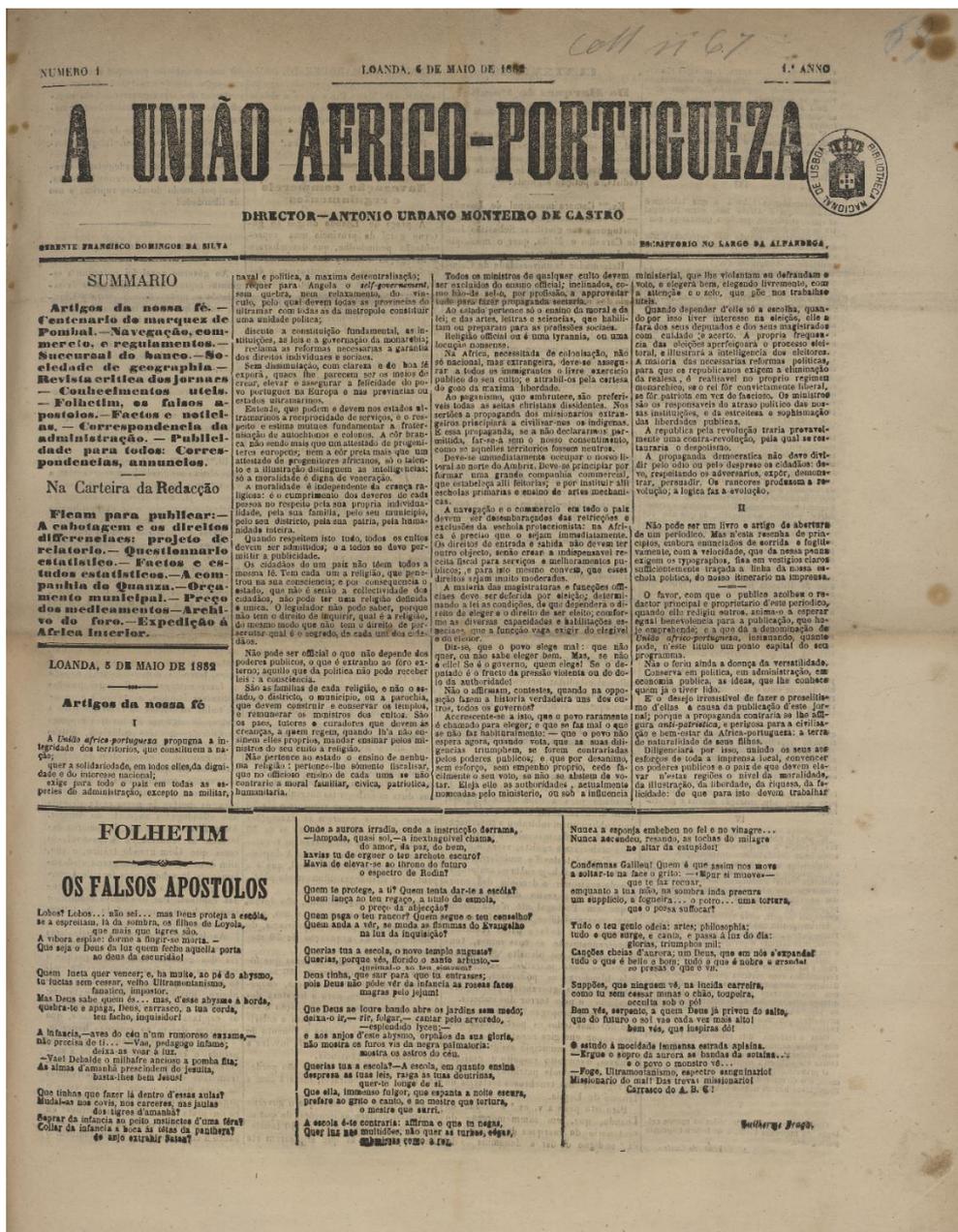


Figura 2 – Acervo Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Fundo Geral Jornais, A-1

Em pleno debate entre os países imperialistas sobre a ocupação efetiva dos espaços africanos, Urbano de Castro defendia uma política liberal para a província. Para ele, a navegação e o comércio deveriam ser desembaraços, de forma moderada, das restrições e exclusões, impulsionadas pela política mercantilista retrógrada, uma vez que o que se objetivava era a ampliação da receita fiscal, um capital indispensável para o melhoramento dos serviços públicos.

No tocante às representações políticas em Angola, a política eleitoral propriamente dita, Urbano de Castro enfatizava que a maioria das magistraturas e ocupações oficiais deveriam ser deferidas por eleições. Argumentava que a afirmação de que o povo não sabia eleger era falsa. “É o governo quem elege! Se o deputado é fruto da pressão violenta ou do dolo da autoridade.”⁹ Afirmava que, se houve uma tradição de práticas de política eleitoral, a própria frequência do processo aperfeiçoaria o sistema. Em resposta à onda republicana, acreditava que a maioria das reformas políticas poderiam ser realizadas dentro do próprio sistema monárquico, não havendo necessidade de eliminação da realeza para tal fim. Os verdadeiros responsáveis pelo atraso político das instituições eram os ministros e não o regime, enfatizava ao finalizar o artigo.

Ainda sobre o texto, “*Artigos de nossa fé*”, Urbano de Castro falava da integridade dos territórios e da solidariedade necessária para construir a nação. Requeria para “[...] Angola o self-government, sem quebra, sem relaxamento do vínculo, pelo qual devem todas as províncias do ultramar com todas as da metrópole constituir uma unidade política...”¹⁰ Defendia a máxima descentralização da administração colonial. Para que Angola fosse um estado ultramarino, segundo Urbano de Castro, era necessário ampliar as garantias dos direitos individuais e sociais e defender o respeito aos cultos religiosos. Entretanto, não caberia ao legislador inquirir sobre a religião alheia, estes poderiam ter um livre exercício dos seus cultos. Quanto aos africanos pagãos dos sertões de Angola, porém, estes deveriam sujeitar-se à propaganda missionária. Do alto das suas posições de superioridade cultural, afirmava que o paganismo embrutecia os povos africanos, sendo preferível as seitas cristãs dissidentes às práticas gentílicas.

Em *E a propósito o self-government*¹¹, Urbano de Castro acusava a administração portuguesa de ser autocrática, centralizadora e impopular. Defendia e solicitava ao ministro do ultramar mais autonomia, que fosse concebido o *self-government* para a província. Daí sua proposta da máxima descentralização, com o *self-government*, sem quebra, nem relaxamento, do vínculo, pela qual deveriam todas as províncias do ultramar com todas as da metrópole constituir uma

⁹ Urbano de Castro. União Africo-portuguesa, 4 de agosto de 1882. Acervo Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Fundo Geral Jornais, A-1, n.6.

¹⁰ Urbano de Castro. União Africo-portuguesa, 6 de maio de 1882. Acervo Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Fundo Geral Jornais, A-1, n.6.

¹¹ Urbano de Castro. União Africo-portuguesa, 7 de maio de 1882. Acervo Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Fundo Geral Jornais, A-1, n.6.

unidade política. Um dos exemplos concretos do seu projeto de autogoverno consistia na possibilidade de se criar e alterar novos impostos. Dizia que a imprensa liberal e os pensadores da política portuguesa deveriam dar maior importância para esse sistema de governo, caso contrário, continuaria assistindo o atraso das indústrias, a pobreza do comércio, a ignorância geral dos povos, ou seja, a crise moral e financeira da província.

O projeto reformista de Urbano de Castro pode ser evidenciado em vários artigos. Destacamos aqui o mais elaborado, “*A tributação*”, publicado em agosto de 1882. Ele acreditava que deveria haver reformas para a garantia dos direitos individuais e sociais, reciprocidade de serviços e o respeito mútuo entre os “autóctones” e colonos. “É um africano, que escreve estas linhas que vão lêr-se [...] (CASTRO, 1866, s.p.)”. Nesse momento se reconhece como um africano branco, em oposição aos portugueses metropolitanos. “(...) mas este, em vez de pregar o ódio aos europeus, proclama o que proclamar-se: a fraterna amizade entre esses e os africanos” (CASTRO, 1866, s.p.) Esse posicionamento de Urbano de Castro refletia as tensões raciais (SANTOS, 2020, p. 118-157) do seu tempo, quando uma onda de práticas racistas envolvia os *filhos do país* (mestiços) na disputa por cargos administrativos, militares e políticos com os brancos. A população europeia de Luanda e dos distritos do seu *hinterland* aumentou dez vezes entre as décadas de 1870 e 1890, atraída pela prosperidade comercial do café e da borracha (DIAS, 1989, p. 255).

Em “*Ocupação portuguesa dos distritos de Congo e Molembó*”, num artigo extenso, iniciado no domingo e concluído na edição de quarta-feira, encontramos a expressão máxima da defesa da dominação colonial em nome da colonização, da civilização e do capital. Afirmava que a vitória da ocupação nesses territórios interessava as comunidades autóctones e aos portugueses, caso contrário,

Perdemos nós, perdem todos, perdem essas mesmas tribos, em conservar naquelas regiões a maior escuridão intelectual. Aquela selvageria é obnoxia à segurança das vidas e das propriedades; contrária à plenitude das funções do homem em sociedade. Opõe barreiras ao cosmopolitismo da civilização, subtrai países populosos à ação salutar das leis econômicas; fecha o horizonte ao desenvolvimento, à distribuição, à reprodução da riqueza universal (CASTRO, 1882, s.p.).

Urbano de Castro fazia uso da razão político-argumentativa¹² para estender à sociedade o debate sobre a necessidade do desenvolvimento em Angola. Em “Angola, entre o passado e o futuro”¹³, desenvolvi o argumento de que os periodistas das décadas de 1870 e 1880 construíram

¹²Jorge Pedro Sousa. Quando a modernidade bate à porta: a liberdade de imprensa em questão no Portugal do século XIX. Biblioteca on-line de ciências da comunicação. <http://www.bocc.ubi.pt/>. Acessado em: 18 jan. 2020.

a narrativa do “atraso” para justificar “o progresso” como único horizonte de expectativa possível. Posição defendida pelos principais expoentes do periodismo oitocentista, tais como José de Fontes Pereira, Alfredo Mântua, Francisco Antonio Pinheiro Bayão, Lino Araújo, Inocêncio Matoso Câmara, José Pinto da Silva Rocha, Mamede de Santana e Palma, Arantes Braga, dentre outros.

Como já evidenciamos, Urbano de Castro mostrava-se imbuído de uma missão política que consistia em civilizar os povos indígenas. A sua ideia de civilização combinava vários pressupostos (MENESES, 2010, p. 68-93) que justificavam a superioridade da cultura europeia e a possibilidade de a cultura angolana melhorar as suas qualidades a partir dessas zonas de contato (PRATT, 1999). Não podemos afirmar que ele não reconhecia no angolano mestiço ou negro a possibilidade de autogoverno, tal situação só seria crível caso esses sujeitos fossem “civilizados”.

Vamos ampliar um pouco mais o perfil político do Urbano de Castro a partir dos comentários dos seus adversários. Acusado de insultar o Sr. João Baptista Gonçalves da Rocha, um sujeito preto, natural de Zenza do Golongo, em 22 de abril de 1883, segundo o periódico *Pharol do Povo*, Urbano de Castro solicitou ao administrador do concelho a prisão deste senhor, por tê-lo violentado fisicamente. Para Arantes Braga, redator do *Pharol*, o conflito em questão, foram cenas de pugilato, o que não poderia se esperar de um decano do jornalismo angolano. Na descrição de Arantes Braga, Urbano de Castro era da linhagem da Rainha Inêz de Castro (1325-1355), um verdadeiro sangue azul, residente antigo da cidade de Luanda, membro da junta geral da província, “[...] este cavalheiro notabilíssimo, desceu da sua alta posição para insultar o Sr. João Baptista [...]”.¹⁴ Resumindo o imbróglio, o periódico chamava à atenção para a petulância e a infeliz provocação manifestada por Urbano de Castro e, cremos que dado a conjuntura de luta entre os defensores do republicanismo versus os monarquistas, Arantes Braga o convidava para se retirar de Angola. “Fuja, suma-se, esconda-se e desapareça desta terra que o viu surgir.”¹⁵ Arantes, era um *filho do país* e defensor do proto-nacionalismo angolense, dizia: “Fiquem pois sabendo, que o preto de hoje não é o preto de ontem”.¹⁶

Em *Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano* (RIBEIRO, 2012), Maria Cristina Portella Ribeiro apresenta um diálogo entre os dois expoentes do periodismo oitocentista: José de Fontes Pereira e Urbano de Castro. Nessa conversa publicada no *Futuro d'Angola*, sob a autoria de José de Fontes Pereira, o diálogo é bastante elucidativo sobre as diferentes concepções liberais entre um africano e um português.

¹⁴ Arantes Braga, O *Pharol do Povo* – folha republicana, 28 de abril de 1883. Acervo Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Fundo Geral Jornais, A-1, n.5.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Ibidem.

Quando me retirava o sr. Urbano de Castro me estendeu a mão que apertei, dizendo-me ao mesmo tempo, talvez com o fim de me dar um xeque: - ‘Gosto mais d'aquelle discurso (o do sr. Carlos da Silva), que dos seus escriptos.’ - Mas creio que o sr. Urbano já em tempo escreveu o mesmo que eu tenho escripto agora. – ‘Não, porque eu pugnei sempre pela liberdade dos povos, mas não pela independência d'Angola’ - Logo, o sr. Urbano, como europeu, seguiu sempre a política do seu paiz, e eu como africano também trato do que mais convem a minha terra (RIBEIRO, 2012, p. 368, grifos do autor).

Urbano de Castro foi um liberal monárquico. Seu discurso colonialista, por vezes, bastante retórico, e sua filiação política e ideológica refletiam a realidade por meio da estrutura de convenções coloniais do império português. Inaugurou o periodismo de protesto, por meio da crítica colonial. Dessa forma, procuramos analisar as motivações que levaram esse periodista a utilizar a imprensa como um verdadeiro instrumento em prol da conquista colonial. Seus artigos influenciaram, pressionaram¹⁷ politicamente, por vezes, em conjunto com o grupo social dos comerciantes, para a manutenção da política liberal, o avanço da expansão portuguesa e a extensão de uma soberania portuguesa por meio de guerras e espoliações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Periódicos

O Mercantil (1870-1897), Cruzeiro do Sul (1873-1878), Jornal de Luanda (1878-1882), Gazeta de Angola (1881), O Echo de Angola (1881-1882), O Ultramar (1882), O Futuro de Angola (1882-1891), O Pharol do Povo (1883-1885), O Rei Guilherme (1886), O Serão (1886), O Exército Ultramarino (1887-1888), O Foguete (1888), Muen Exi (1889), Arauto Africano (1889-1890), O Desastre (1889-1890), O Tomate (1889-1891).

Fontes Impressas

BALSEMÃO, Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de. Angola. História Resumida do Governo do Conselheiro, Francisco Antonio Gonçalves Cardoso, contra-almirante da guarda real. Lunda: Imprensa do Governo, 1871.

Autores Angolanos. Voz de Angola Clamando no Deserto – oferecida aos amigos da verdade pelos naturais. Lisboa: Typographia, 1901. Neste trabalho fizemos uso da edição fac-similar: Autores Angolanos. Voz de Angola Clamando no Deserto. Lisboa: Edições 70, Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1984.

¹⁷ Existia uma seção para leitores n’A *Civilização da África Portuguesa* na qual textos com queixas de comerciantes sobre a falta de investimentos metropolitanos na província eram constantes. Temos como exemplo o artigo do J. J. Monteiro, “Objecções à ocupação do norte de Ambriz”, publicado n’A *Civilização da África Portuguesa*, em 17 de janeiro de 1867, Acervo Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Fundo Geral Monografias, cota 5150. Em 1865, cinco comerciantes proeminentes de Luanda assinaram a petição dirigida ao ministro da Marinha e Ultramar em Lisboa, exigindo um pacto colonial com a França, a fim de concretizar a antiga pretensão de tomada de controle da costa por parte dos portugueses. PÉLISSIER; WHEELER, 2016, p. 97.

BANDEIRA, Marques de Sá da. O trabalho rural africano e a administração colonial. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

LOPO, Julio de Castro. Para a História do Jornalismo de Angola. Luanda: Museu de Angola, 1952.

MENEZES, Joaquim Antonio de Carvalho e. Memória geográfica e política das possessões portuguesas n'Affrica Occidental, Que diz respeito aos reinos de Angola, Benguela, e suas dependências. Origem de sua decadência e atrasamento, suas conhecidas produções, e os meios que se devem aplicar para o seu melhoramento, de que deve resultar mui grandes vantagens a monarquia. Lisboa: Tipografia Carvalhense, 1834.

Relatório do Governo Geral da Província de Angola. Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes. 1861. Lisboa, Imprensa Nacional, 1867.

Relatórios dos governadores das províncias ultramarinas. Relatório do Governo Geral da Província de Angola - 1887. Ministério da Marinha e Ultramar, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

Referências

BASTOS, Miguel Vale de Almeida Cristiana; BIANCO-FELDMAN, Bela. **Novas Identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico. Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros.** Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2002.

BITTENCOURT, Marcelo. **Dos jornais às armas – trajetórias da contestação angolana.** Lisboa: Editora Vega, 1999.

CRUZ, Heloísa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conservas sobre história e imprensa. **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, nº35, p. 255-272, dez, 2007.

DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel. **Revolução Impressa – a imprensa na França 1775-1800.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

DIAS, Jill. & VALENTIN, Alexandre. **Nova História da Expansão Portuguesa. O império africano – 1825-1890.** Lisboa: Editora Estampa, 1998.

HEYWOOD, Linda M. “De português a africano: a origem centro-africana das culturas atlânticas crioulas no século XVIII”. In: HEYWOOD, Linda. **Diáspora negra no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008, p. 101-24.

LIBERATO, Ermelinda. Avanços e retrocessos da educação em Angola. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, v. 19, nº 59, out-dez, p. 1003-1031, 2014.

MENESES, Maria Paula G. **O “indígena” africano e o colono “europeu”: a construção da diferença por processos legais.** e-cadernos CES [Online], 07 | 2010. Disponibilizado em: 1º mar. 2010. Acessado em: 30 abr. 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/403>.

Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, Direção Geral dos Negócios da Justiça. **Decreto de 22 de maio de 1866.**

LOPO, Júlio de Castro. **Jornalismo de Angola – subsídios para sua história.** Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964.

NETO, Maria da Conceição. De Escravos a “Serviçais”, de “Serviçais” a “Contratados”: Omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial. **Cadernos de Estudos Africanos**, jan.-jun., 33, p.107-129, 2017.

PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas. **História de Angola.** Lisboa: Tinta da China, 2016.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação.** Bauru (SP): EDUSC, 1999.

PINTO, Alberto de Oliveira. **História de Angola – da pré-história ao início do século XXI.** 2ª edição. Lisboa: Mercado de Letras Editores, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

BECKER, Jean-Jacques. **A opinião pública.** In: RÉMOND, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, Eduardo A. Estevam. **Imprensa, raça e civilização: José de Fontes Pereira e o pensamento intelectual angolano no século XIX.** Salvador: Revista Afro-Ásia, n. 61, p. 118-157, 2020.

SILVA, Rosa Cruz. **Construindo a história de Angola – as fontes e sua interpretação.** União dos Escritores Angolanos. <<http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/72-construindo-a-história-angolana-as-fontes-e-a-sua-interpretação>>, consulta em 12/04/2018.

Recebido em: 01/11/2020

Aprovado em: 28/12/2020